

PRINCÍPIOS HIGIENISTAS E A ESCOLA PARA A REPÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE OS GRUPOS ESCOLARES DO RIO GRANDE DO NORTE

*Crislane Barbosa Azevedo**, *Hananiel Souza Amorim***,
*Rosa Milena Santos****

RESUMO

Os grupos escolares no Rio Grande do Norte (RN) do início do século XX surgiram com normas, leis, regras e preceitos higienistas que deviam ser seguidos conforme orientavam os textos normativos das reformas da instrução pública. Neste texto, objetivamos analisar os preceitos higienistas no cotidiano dos grupos escolares norte-rio-grandenses, com atenção, sobretudo, à edificação das instituições e ao tratamento dado aos corpos dos envolvidos com os grupos. Em termos metodológicos, realizamos pesquisa bibliográfica e documental, com foco, principalmente, no jornal *A Republica*, do período de 1910 a 1930. As práticas higienistas objetivavam evitar e prevenir doenças e moléstias na população, além de inserir costumes, considerados higiênicos, desde a infância, ou seja, no ensino primário, ministrado nos grupos escolares.

Palavras-chave: Grupos escolares. Ensino primário. Higiene.

*HYGIENIST PRINCIPLES AND SCHOOL FOR THE REPUBLIC:
A STUDY CONCERNING THE "GRUPOS ESCOLARES" IN THE
RIO GRANDE DO NORTE STATE - BRAZIL*

ABSTRACT

The schools known as "grupos escolares", in Rio Grande do Norte (RN) State – Brazil in the early of twentieth century, came up with norms, laws, rules and hygienist

* Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestra em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora adjunta do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Endereço para correspondência: Rua Meira Pires, n.º 1.993, Capim Macio, Natal (RN). E-mail: crislaneazevedo@yahoo.com.br

** Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor da Universidade do Vale do Acaraú (UVA), polo de Santa Cruz (RN). Endereço para correspondência: Av. Salgado Filho, n.º 3.000, Lagoa Nova, Natal (RN). E-mail: hananielamorim@hotmail.com

*** Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista de Iniciação Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Endereço para correspondência: Av. Maria Lacerda, Cond. Parque Guaira I, bloco 08, apto. 207, Nova Parnamirim, Parnamirim (RN). E-mail: rosamilena3@gmail.com

precepts that should be followed according to the normative texts from the reform of public teaching. In this paper, we aim to analyze the hygienist principles from the daily lives in “grupos escolares” of Rio Grande do Norte (RN) State – Brazil, paying attention especially to the building of these institutions and the treatment of the bodies involved in this kind of school. Methodologically, we have done a bibliographic and documentary research focusing primarily on the newspaper “The Republic”, in the period from 1910 to 1930. The hygienist practices aimed to avoid and prevent diseases in the population, and form habits considered hygienic among the children, which were in primary education developed in the “grupos escolares”.

Keywords: *Grupos escolares. Elementary school. Hygienist principles.*

PRINCIPIOS HIGIENISTAS Y LA ESCUELA PARA LA REPÚBLICA: UN ESTUDIO SOBRE LOS GRUPOS ESCOLARES DEL RIO GRANDE DO NORTE

RESUMEN

Los grupos escolares en Rio Grande do Norte a principios del siglo XX surgieron con las normas, leyes, reglas y preceptos higienistas que deberían seguirse conforme orientación de los textos normativos de las reformas de la instrucción pública. En este trabajo nos propusimos a evaluar cuidadosamente los preceptos higienistas en la vida cotidiana de los grupos escolares potiguarenses, especialmente la edificación de las instituciones y el tratamiento dado a los cuerpos de los que trabajan con los grupos. En lo que se refiere a la metodología, realizamos una investigación bibliográfica y documental, centrándose principalmente en el periódico “A Republica” en el período que va desde 1910 a 1930. Las prácticas higienistas buscaban evitar y prevenir enfermedades y males en la población, además de insertar costumbres, consideradas higiénicas, desde la infancia, es decir, en la educación primaria que se imparte en los grupos escolares.

Palabras clave: *Grupos escolares. La educación primaria. Higiene.*

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisamos as práticas higienistas nos grupos escolares do Rio Grande do Norte (RN) durante o período de 1908-1930. Buscamos identificar como os preceitos higienistas orientavam a construção dos prédios, a disposição do aparelhamento escolar e os cuidados com os corpos dos escolares.

Os grupos foram criados no Rio Grande do Norte pela Lei n.º 249, de 22 de novembro de 1907, que autorizava a reforma da instrução pública do estado. Em 5 de março de 1908 (Decreto n.º 174), criava-se, no bairro da Ribeira, o primeiro

grupo escolar norte-rio-grandense - Grupo Escolar Augusto Severo. Também era restabelecida a Diretoria Geral da Instrução Pública (extinta em 1905), criada novamente a Escola Normal e escolas mistas e instituídos os grupos pelo Decreto n.º 178, de 29 de abril de 1908. Estipulava-se o estabelecimento de, pelo menos, um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos municípios do estado.

Para a realização desta investigação, fizemos pesquisa bibliográfica e documental, principalmente com base no jornal *A Republica*, do período de 1910 a 1930. Efetuou-se a leitura dos textos e de outros documentos. Regimentos escolares, decretos e leis possibilitaram-nos refletir sobre a maneira de fazer e de colocar em prática os preceitos higienistas considerados como prescrição a ser seguida tanto para a organização de práticas escolares e construção dos prédios dos grupos quanto para o tratamento dos corpos dos alunos.

Pesquisar em jornais significa buscar vestígios da história dos homens. O jornal, como uma fonte de pesquisa, possibilita-nos o contato com registros da história que se vivencia em diferentes épocas, com diferentes costumes, aspectos e contextos. Para entendermos esses contextos, é preciso observar e analisar os registros jornalísticos como testemunhos dos atos históricos. De alguma forma, os jornais demonstram aspectos diversificados do cotidiano da sociedade, ainda que os periódicos possuam ligações com órgãos do poder instituído, como era o caso de *A Republica*.

O contato com o referido jornal possibilitou-nos analisar aspectos tanto positivos quanto negativos acerca do cotidiano escolar, no que diz respeito, por exemplo, ao atendimento das obrigatoriedades regulamentares do ensino moderno. Assim, pudemos observar, por meio do jornal, a divulgação de problemas e defeitos, bem como qualidades e encaminhamentos referentes ao ensino público, mediante publicação de transcrições de documentos que os inspetores de ensino redigiam ao visitar os grupos escolares. Entre esses encaminhamentos, encontramos preceitos e práticas higienistas do início do século XX.

A nova modalidade de escola pública republicana, que possuía métodos inovadores, avançados e modernos para o ensino primário, tinha como objetivo principal erradicar vícios, inculcar hábitos saudáveis, disseminar medidas higiênicas e orientar a população sobre a prevenção de moléstias. Por isso, uma das preocupações concernentes aos grupos escolares ligava-se ao planejamento do prédio escolar, com atenção a aspectos de higiene, como ventilação e iluminação, além da preocupação com os próprios corpos dos alunos, desde a sua postura física até os usos feitos de diferentes objetos individuais e escolares.

2 A HIGIENE DO PRÉDIO ESCOLAR

A escola primária republicana, materializada nos grupos escolares, pretendia agrupar, em um só prédio e sob uma única direção, todas as escolas isoladas de uma determinada localidade de acordo com o crescimento da população escolar.

A edificação do prédio escolar tinha sua planta contratada a arquitetos e engenheiros os quais defendiam que as edificações deveriam ser feitas em áreas planas e, de preferência, nas proximidades dos principais prédios da cidade, a exemplo da prefeitura, da igreja e da praça. Assim, com localização centralizada,

o grupo escolar adquiria condições de ser facilmente visto e prestigiado pela população do lugar. As festividades e cerimônias de que o grupo era cenário reforçavam o ideário de progresso e modernidade que a escola deveria difundir no início do regime republicano.

Definições acerca da construção dos prédios dos grupos escolares não eram simples, tomavam por base regulamentações específicas. Leis e regimentos prescreviam o melhor local para edificação; orientavam a divisão dos espaços; definiam as medidas das salas, das portas e das janelas para a melhor circulação do ar, por exemplo. As construções deveriam ser sólidas, levantadas em locais adequados e com condições de visibilidade, e com características físicas definidas mediante planejamento, a fim de não prejudicar o bom funcionamento do ensino. Nesse sentido, a atenção a aspectos como circulação de ar e luminosidade integrava as preocupações de administradores públicos em diferentes estados do país, como podemos verificar nos estudos de Souza (1998), Faria Filho (2000) e Azevedo (2009).

Em cinco anos, a partir da determinação de criação dos grupos escolares, foram criados, no Rio Grande do Norte, 24 grupos. Mas, como informam Azevedo e Stamatto (2012), nem sempre com prédios próprios. O primeiro grupo escolar que contou com edificação adequada para suas instalações foi o Grupo Escolar Augusto Severo, localizado em lugar nobre de Natal (RN), entre o prédio da Escola Doméstica e o Teatro Alberto Maranhão, apresentando as seguintes características: “[...] se enquadra ao estilo eclético da arquitetura francesa, dos finais dos séculos 19 e início do século XX (20), possui elementos de art nouveau e tem elementos justapostos às características neoclássicas e do rococó” (MOREIRA, 2005, p. 94 *apud* AZEVEDO; STAMATTO, 2012, p. 41). Sobre o referido grupo, assim o descrevia o jornal *A Republica*¹:

[...] no topo da escada, estavam posicionadas duas estátuas de crianças simbolizando a iniciação na vida letrada e representando a escrita e a leitura sábias. No vértice do frontão, tinha-se a imagem artística de uma mulher figurando a ciência – aquela que é procriadora de conhecimentos e de ensinamentos científicos universais. De um lado e do outro da imagem da mulher, estavam postos dois condores dos Andes na posição de ir a campos longínquos, inexploráveis, e posar em qualquer lugar do planeta, a exemplo das terras potiguares. (A REPUBLICA, 1908 *apud* ARAÚJO, 2006, p. 203).

Os prédios deveriam ser organizados e divididos em diferentes espaços, tais como: sala de professores, salas de aula, laboratório, pátio, banheiros, entre outros. Isso fazia com que os grupos escolares fossem um lugar estratégico de vigilância exercida por mestres, inspetores e diretores, os quais monitoravam o desenvolvimento das práticas pedagógicas que aconteciam em diferentes espaços e tempos dos grupos. A divisão espacial, com o estabelecimento de lugares definidos a partir de atividades específicas, e a rotina, com atividades sequenciadas, possibilitavam o estabelecimento de normas e o controle dos alunos. A arquitetura planejada, segundo Azevedo (2009), exercia uma função disciplinar implícita,

¹ Neste texto, as transcrições de documentos de época têm respeitada a sua grafia original.

condicionando e espacializando a ordem. Facilitava-se o controle dos alunos pelo prédio escolar. Disciplinando-se o uso dos espaços, criavam-se condições que permitiam a vigilância de todos sobre todos no ambiente escolar.

Os espaços escolares eram ocupados sob cuidados vigilantes e contínuos, ou seja, por um poder disciplinar. Salas de aula, banheiros, pátios, laboratórios, entre outros espaços, eram fiscalizados por mestres, diretores, inspetores, ao mesmo tempo que também estes eram entre si fiscalizados. Como declara Foucault (1987, p. 148),

E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um chefe, é o aparelho inteiro que produz poder e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta [...]

Nos grupos norte-rio-grandenses, estiveram presentes iniciativas de reordenamento físico no ambiente escolar marcadas pelo efeito da vigilância. Pelo Código de Ensino do Rio Grande do Norte, espécie de lei de diretrizes da educação escolar estadual, as salas de aula destinadas a 40 alunos deveriam ser retangulares e conter as carteiras de madeira de elevação adequada à postura elegante e à saúde física do educando. Por meio de certo padrão homogêneo, “[...] facilitar-se-á a vigilância do professor e a responsabilidade individual do aluno” (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 126).

Em 1910, o diretor da Instrução Pública no Rio Grande do Norte, Francisco Pinto de Abreu, declarava que a instrução primária prosseguia em marcha lenta, mas segura (RIO GRANDE DO NORTE, 1910). Segundo o diretor, a escassez de recursos orçamentários não permitia a construção de prédios com arquitetura primorosa, mas não eram desprezadas as condições básicas de conforto e higiene. Sobre o prédio dos grupos, destacavam-se, em sua opinião, os referentes aos grupos escolares localizados em Acari, Canguaretama, Goianinha e Pau dos Ferros, os quais reuniam comodidade e elegância. Os demais eram, em geral, adaptações de prédios que ofereciam apenas segurança.

Em 1916, o Código de Ensino do Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 1916), em seu artigo 13, regulamentava minuciosamente a construção dos prédios escolares, que, além dos preceitos básicos de higiene e de conforto, precisavam também observar as seguintes regras específicas:

[...]

- I. Todas as salas de aula terão a forma retangular e capacidade para quarenta alunos, no máximo, medindo, pelos menos, sete metros de comprimento por seis de largura, com um pé direito de quatro metros.
- II. Haverá no edifício as aberturas necessárias para que as classes de alunos recebam a luz e o ar de maneira mais higiênica.
- III. Os edifícios serão pintados a cores neutras, de preferência o azul ou verde-claro.
- IV. Cada sala de aula terá como dependência um vestiário guarnecido e cabides, para os alunos.
- V. Haverá em cada edifício compartimentos para a diretoria e o arquivo, e uma área descoberta e murada para o recreio, com divisão para cada sexo.

VI. Na falta de esgoto público, as latrinas constarão de uma fossa asséptica ou reservatório ou fossas ordinárias, com paredes impenetráveis aos líquidos, de modo a se poder fazer frequentemente a desinfecção e o esvaziamento das fossas. (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 32).

Podemos observar que, para edificar um grupo escolar, era preciso que ele atendesse minuciosamente aos preceitos higienistas que a legislação impunha. Cuidados com a saúde dos escolares era evidente. Depois do grupo construído, o inspetor de ensino deveria visitá-lo para ver se a legislação estava sendo aplicada como deveria, fiscalizando desde a higiene dos alunos até os aspectos próprios do edifício.

Os cuidados relativos à localização e à disposição do grupo já estavam presentes em Código de Ensino anterior (de 1913):

Art.º 42 - Os edifícios das escolas serão situados em terreno elevado e seco, isolados de outros prédios, afastados dos centros de grande atividade industrial, de pântanos e de lugares suspeitos.

Art.º 43 - Os prédios elegantes, modestos, bem arejados e iluminados pelo sol, terão salas de aulas para quarenta alunos, no máximo, sob forma retangular, medindo pelo menos, seis metros de largura por sete de comprimento, com um pé direito de quatro metros, ou seja, cinco metros cúbicos de ar para cada aluno. (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 5).

As orientações para a construção dos prédios escolares chamam a atenção para os detalhes que deveriam ser atendidos. O artigo 42 do Código de Ensino de 1913, por exemplo, indica-nos a preocupação de que o prédio escolar deveria ser construído em terreno elevado, seco e isolado de outras edificações, pois a umidade e a pouca circulação de ar poderiam contribuir para a propagação de doenças no ambiente escolar. Igualmente, deveria ficar longe de centros industriais ou lugares suspeitos, a exemplo de casas de jogos que pudessem desviar os alunos das boas condutas.

Diante do exposto, concordamos com Viñao Frago e Escolano (2001, p. 28), quando afirmam que não apenas o espaço-escola, mas também sua localização e disposição na trama urbana dos povoados e cidades têm de ser examinados como um elemento curricular. A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma determinada imagem da escola, podendo ser esta a de um centro de urbanismo racionalmente planejado ou a de uma instituição marginal.

Toda essa preocupação poderia ser vista como uma forma preventiva de evitar as doenças que atacavam a população. Devido a isso, eram necessários lugares que garantissem a segurança dos alunos sob diferentes aspectos. Como afirma Amorim (2013, p. 28),

Toda a preocupação com o ambiente escolar pode ser vista como uma maneira preventiva, pois se buscava evitar os problemas de saúde futuros adquiridos devido à falta de conforto e princípios de higiene. Portanto, era pensado em um espaço que pudesse garantir a segurança dos que nele se encontravam e que não fosse causador de doenças. Daí, as preocupações quanto às disposições dos mobiliários, da estrutura

física, entre outros fatores que, não bem orientados, poderiam ser propagadores de doenças.

Podemos observar esta preocupação com o edifício no Grupo Escolar Joaquim Correia, em Pau dos Ferros (RN), em 1911, quando, sobre ele, refere-se à questão sanitária, à iluminação e ao lugar onde o grupo escolar estava situado:

[...] O grupo escolar “Joaquim Correia”, situado numa das ruas principais da villa de Pau dos Ferros, dá a frente para Oeste, apresentando duas salas de aula para Nordeste e outras duas para Sudoeste. O grupo está isolado, em lugar secco e elevado, apresentando regular aspecto externo, com as seguintes dimensões: 14m de comprimento, 13m 85 de largura e 8 metros de altura. Aos lados, duas grandes áreas, com logares apropriados para jardim.

Na extremidade dessas áreas, separadas por uma parede alpendrada, ficam as fossas sanitárias, que precisam ser melhoradas.

O grupo dispõe de 4 salas para as classes, medindo cada uma 6m 50 de largura por 6m 60 de fundo, 1 Gabinete do Director, com 4m 45 de comprimento e 3m 85 de largura, e uma outra sala, que serve de vestiário.

Todas as salas recebem muita luz, devido á boa divisão do edifício, que tem 6 janellas na frente, 5 de cada lado e porta para os jardins. (A REFORMA..., 1911a, p. 1).

Porém, em alguns grupos escolares, os preceitos de higiene não estavam sendo seguidos de modo adequado, como observamos no termo de visita do inspetor de ensino Francisco Gonzaga Galvão sobre o Grupo Escolar Antonio Carlos, na vila de Caraúbas (RN), em 1918. Este afirmava que o espaço do edifício do grupo era insuficiente para acomodar os alunos. Além disso, as salas de aulas não recebiam luz e ar de maneira higiênica. O inspetor de ensino recomendou a resolução desses problemas, como se vê a seguir:

[...] O edificio, como já fiz sentir, além de resentir-se da falta de espaço, não recebem as salas de aula ar e luz da maneira higienica, aliás uma cousa que tanto se impõe no ponto de vista da educação da infancia.

Outros preceitos de hygiene e de conforto alhi precisam ser cuidados, porque só da collaboração mutua da pedagogia e da hygiene escolar resultará uma geração perfeita no moral e no physico.

O mobiliario, além de ser perfeito, está necessitando de uma reforma quasi geral. [...] (GALVÃO, 1918, p. 2).

No Grupo Escolar Senador Guerra, em Caicó (RN), em 1921, conforme termo de visita do inspetor de ensino Amphiloquio Camara, tudo estava muito satisfatório, exceto o edifício do grupo, que, desde a sua última visita, em 1918, continuava o mesmo, sem melhorias essenciais para o asseio do corpo e mente dos alunos dos grupos escolares:

Grupo Escolar “Senador Guerra”

Termo de visita - O grupo escolar “Senador Guerra”, desta cidade de Caicó, foi por mim inspeccionado nos dias 16 e 18 do corrente, tendo logrado satisfactoria impressão de tudo quanto vi, menos em relação

ao edifício que continua a ser o mesmo, com todos os defeitos já apontados no termo de minha visita em 1918. (PELO..., 1921, p. 1).

No Grupo Escolar Almino Affonso, em Martins (RN), em 1918, os preceitos higienistas também não foram seguidos de maneira adequada. O mobiliário encontrava-se em péssimas condições, a cantina estava em degradável estado de conservação, e as salas de aula e móveis estavam sujos. Tudo isso era contra os preceitos de higiene e da pedagogia da época. São problemas que verificamos registrados no próprio jornal, que era, como informava seu próprio subtítulo, “Orgão Oficial dos Poderes do Estado”:

[...] O mobiliário está reclamando uma reforma, continuando ainda a servirem os bancos carteiras para quatro alumnos, o que é, aliás, contra os preceitos higienicos e pedagógicos. Observei que não proporciona esá altura dos educandos, de modo que estes fazem os exercicios de escripta, desenho, calculo escripto, & quasi sempre de pé. O predio internamente está mais ou menos conservado, necessitando asseial-o na parte externa. A sentina encontra-se em desagradavel estado de conservação e reclama mais hygiene. O sr. porteiro zelador é relapso ao cumprimento de seus deveres. Fui informado de que raramente comparece ao edificio e por isto o sr. professor é quem o abre para os trabalhos escolares. Encontrei as salas de aula sujas, os moveis cobertos de pó e a area do recreio entulhada de lixo. O sr. presidente da Intendencia com quem me entendi a respeito dessas irregularidades, prometeu tomar as providencias necessarias. Escola Isolada Masculina do grupo Escolar <Almino Affonso>, Cidade do Martins, 6 de Julho de 1918. F. Gonzaga Galvão, inspector de ensino. (PELO..., 1918a, p. 1).

Ao analisarmos os grupos escolares, verificamos, portanto, preocupações diversas sobre estruturação e organização dos edifícios, as quais perpassavam até mesmo o cálculo da direção em que as salas de aula deveriam ficar, tendo em vista melhor aproveitamento de aspectos relativos à iluminação e à ventilação dentro dos grupos. Problemas desse tipo também existiram no Grupo Escolar Nysia Floresta, do município de Papary (RN), em 1911:

[...] O grupo escholar <Nysia Floresta> dá a frente para Sudoeste, com duas salas de classe para o Nascente e uma para o Poente, parede e meia com um salão onde funciona a Intendência. Comquanto esteja próximo a algumas casas de moradas e pequenos estabelecimentos de negocio, occupa um logar secco e elevado. Todo o edificio próprio do Grupo tem 11 metros de largura sobre 14 de comprimento, tendo as paredes 3,73 metros de altura. Está dividido em quatro salas: uma para a classe elementar feminina, bem ventilada e com illuminação franca, medindo 6 metros de largura e 6,10m de comprimento; uma para a classe mixta infantil, também com illuminação e ventilação abundantes, tendo 6 metros de largura e 6,13m de comprimento; finalmente, uma sala que serve ao mesmo tempo de entrada e vestiário, com 3,60 de largura, por 3,73 de comprimento. A sala da classe elementar masculina, tendo ventilação e illuminação escassas, o Presidente da Intendência providenciou no sentido de melhoral-a [...]. (A REFORMA..., 1911b, p. 1).

As condições climáticas, sanitárias e topográficas de um determinado ambiente também eram requisitos para a construção do prédio do grupo escolar. Gondra (2000) bem registra isso quando afirma que, para se construir as instituições escolares, eram observadas as condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade e das águas. É possível identificarmos esses aspectos no processo de construção dos grupos escolares norte-rio-grandenses. No registro sobre o Grupo Escolar Tenente-Coronel José Correia, na cidade do Assu (RN), publicado no jornal *A Republica*, em 1911, encontramos descrição detalhada sobre toda a situação do grupo, a qual envolvia a estruturação do edifício, o vestiário, as dimensões do prédio, as áreas destinadas ao recreio, entre outros aspectos:

[...] O bello e elegante edificio do grupo esta situado na rua S. Paulo, em local secco e elevado, afastado do centro de grande actividade comercial e quase no meio de uma área de 52 metros de largura, por 65 metros de comprimento. Tem orientação para o norte e mede 14m. 50 de largura por um de comprimento de 17m, 50 e 4m. 30 de altura. O edificio grupal tem todos os compartimentos exigidos por lei e em muitas boas condições. São elles: três salas de aula uma no centro (a infantil) com 4m. 25 de largura, 7m. 10 de comprimento e 4m. de altura; uma á esquerda, lado oeste (classe elementar masculina) medindo 8 metros de comprimento, 4m. 45 de largura, e uma outra á direita, do lado nascente, que é a sala da classe elementar feminina, tendo as mesma dimensões da elementar masculina; dos vestiários, lado do norte, continuação da sala d'aula elementar, medindo cada um 4m. 45 de largura por 5m. 25 de comprimento; um gabinete para directoria e archivo, com 2m. 70 de comprimento e 4m. 25 de largura, e mais um salão, collocado no lado sul, que se presta perfeitamente ao funcionamento de uma aula com bancos individuaes, tendo 2m. 70 de largura por 13m. 60 de comprimento, correspondente esta extensão á largura do prédio. (A REFORMA..., 1911c, p. 1).

Cuidados com a luz, o ar e a comunicação entre as salas de aula também eram aspectos que envolviam os preceitos de higiene e que faziam com que os alunos tivessem as melhores condições para estudar e aprender de uma forma saudável, para que só assim construíssem a sua intelectualidade e a sua moral, também como podemos verificar no Grupo Escolar Tenente-Coronel José Correia:

[...] Em todos esses compartimentos há luz e ar sufficientes, as duas questões capitaes a resolver num estabelecimento de ensino, pois crescido e o numero de aberturas, portas e janellas, que o edificio offerece. Todas as suas divisões estão em franca comunicação. A classe infantil, que esta justamente no centro do grupo, communica-se com cada um classes elementares por meio de duas portas, por uma outra, com cada um dos vestiários e ainda por uma outra porta com o gabinete do Director, que, por sua vez se communica com as classes elementares e com o salão sul, por meio de uma porta cada um destes salões. [...] (A REFORMA..., 1911d, p. 1).

A iluminação deveria ser adequada para a visão, evitando problemas de miopia. Já a circulação do ar ajudaria na respiração; porém, deveria ser sem ex-

cesso, a fim de não contribuir para a propagação de doenças respiratórias pela difusão das bactérias pelo ar.

Os cuidados sanitários, topográficos ou climáticos não eram preocupações só do período de construção dos grupos. Eles permaneciam em relação à manutenção das instituições de ensino. A preocupação com reparos ou consertos, tendo em vista os preceitos higienistas, estava presente nos agentes envolvidos com a instrução pública. Dessa forma, é possível observarmos iniciativas de melhoria em alguns grupos, como declara a mensagem apresentada pelo Sr. Governador José Augusto, no Congresso Legislativo do Estado, em 1925:

[...]

PREDIOS ESCOLARES - Foram inaugurados este anno tres predios destinados ás escolas publicas: o magestoso grupo escolar "Senador Guerra" em Caicó, o bello predio das Escolas R. "Senador José Bernardo", em São João do Sabugy (Serra-Negra) e a cada da Escola R. de Gavião, hoje Divinopolis (Martins), além de outras casas feitas por particulares para sêde das nossas escolas.

Estão em andamento, e quasi a concluirem-se, os novos predios de Lages, Angicos, Pedro Velho e Patù, tendo sido iniciado os trabalhos dos de Flores e Santo Antonio. Nestas condições, só nos restarão os municipios de Touros e Porto Alegre, sem predios proprios para as suas escolas, mas espero do patriotismo dos seus dirigentes que, em breve tempo, essa falta seja sanada.

Soffreram reparos e melhoramentos os predios escolares de Alecrim, Nova-cruz, Goyaninha, Arez, Sant'anna do Mattos, Luiz Gomes e Igapó (São Gonçalo.)

Conseguiram melhorar o material de ensino os grupos escolares de Caicó, Assú, Taipú e São Miguel de Pau dos Ferros. [...] (CONGRESSO..., 1925, p. 2).

No Grupo Escolar Tenente-Coronel José Correia, na cidade de Assu (RN), os vestiários eram separados e apresentavam duas janelas. Na hora do recreio, tanto no espaço destinado aos meninos quanto no direcionado às meninas, havia fiscalização por parte dos professores:

[...] Os vestiários estão separados dos salões por arcadas, protegidas por meio de reposteiros.

Para o lado do occidente, o grupo apresenta cinco janellas e uma porta, (no centro) que dá passagem para o recreio dos meninos; para a nascente o mesmo numero de janellas e porta, que facultam a fiscalização de ambos os recreios, e para o norte, a classe infantil tem uma porta e cada vestiário duas janellas. [...]

As áreas destinadas a recreio são muito espaçosas e divididas por um muro, ao meio, com divisões para ambos os sexos, sendo alpendradas. Como se vê, as condições higienicas são as mais favoráveis possíveis. [...] (A REFORMA..., 1911a, p. 1).

Já as dimensões das escadas, do porão, do sótão, do banheiro e da sala da direção deste mesmo grupo escolar também eram alvo dos preceitos higienistas, com o intuito de não causar prejuízo à saúde dos alunos que tinham de assistir às aulas no estabelecimento de ensino diariamente:

[...] O grupo esta erguido do nível do solo 1m. 90, tendo uma escadaria de sete degrãos, que dá subida em frente para a aula mista e nos lados para os vestiários. O porão sobre o que está posto o pavimento assoalhando do edifício, possui muitos ventiladores, de sorte que, na parte inferior do prédio, o ar renova-se bem, não causando prejuízo à saúde dos que diariamente veem ao grupo.

No salão do gabinete do Director há uma escadaria, em forma de espiral, dando acesso a um sótão (de um dos salões) que tem 10m. 10 de comprimento por 4m. 25 de largura, com 5 janellas para oeste, outras quatro para leste e duas portas com varanda para sul e mais duas para o norte.

As latrinas estão construidas de conformidade com que recomenda o Art. 50 do Cod. de Ensino, tendo uma, a dos meninos, 5m. 50 de largura e a outra, a das meninas, trez metros de largura e 5m. de 50 de comprimento. [...] (A REFORMA..., 1911b, p. 1).

A relação entre os princípios higienistas e as práticas pedagógicas dos grupos escolares era observada pelos inspetores de ensino, que escreviam termos de visita nos quais expunham diferentes aspectos relativos aos grupos. Segundo Plácido Guerra (1911), por exemplo, as inspeções de caráter higiênico e sanitário deveriam ser feitas tanto pelos inspetores do ensino como por médicos, já que eles iriam descobrir moléstias que um leigo não identificaria. Nas visitas feitas pelos médicos, identificar-se-iam problemas de visão ou de audição que, porventura, impedissem os alunos de desenvolver a sua intelectualidade, bem como aqueles problemas provocados pela má iluminação das salas de aula dentro dos grupos, como mostra registro de 1911:

[...] No que toca ás condições hygienicas e sanitárias, não só da eschola como dos alumnos, seria também da mais alta conveniência a inspecção feita por médicos, em períodos regulares e approximados, como hoje se faz nos paizes mais adeantados e como até no Brasil se começa a fazer.

Só o medico pode bem conhecer o estado sanitário dos alumnos, examinando-os individualmente, não só naquilo que o inspector pode verificar por alto, como a robustez apparente em relação com a idade, mas sobretudo para a descoberta das moléstias porventura incipientes, ou não manifestas aos olhos dos leigos.

Nessas visitas elle dedicaria especial atenção ao exame dos sentidos dos meninos, sobretudo a vista e a audição, cujos defeitos são muitas vezes a verdadeira causa do atrazo attribuido á falta de intelligencia. Toda gente sabe como a myopia, por exemplo, se manifesta e desenvolve rapidamente pela leitura em salas mal illuminadas, como infelizmente não é difícil encontrar em edificios adaptados, mas não construídos especialmente para escholas.

Em todos esses pormenores importantísimos da educação da infância a inspecção escholar, feita não só pelos profissionaes do ensino, como pelos médicos, é a mais segura garantia do sucesso. Ainda sob esse ponto de vista, fez muito bem o Código em tirar exclusivamente os inspectores dentre os professores de carreira, porque tendo, ou devendo ter estudos especiaes, e sabendo melhor que ninguém quaes são os deveres e o modo de cumpril-os, estão habilitados a verificar como os outros os cumprem [...] (GUERRA, 1911, p. 1).

Sem dúvida, não podemos desconsiderar que a defesa da atuação dos médicos em assuntos escolares integrou um conjunto de ações que contribuíram para o reconhecimento social desta categoria profissional. Entre profissionais especialistas no Brasil, os médicos representaram os primeiros a se organizar institucionalmente e a construir sua identidade profissional. Foram, por assim dizer, os primeiros intelectuais da ordem burguesa, conforme Herschamnn (1994, p. 58), que afirma ainda que, na busca por “[...] colocar em prática essa medicina ‘preventiva’, esses profissionais de medicina incorporaram o meio urbano como alvo de reflexão, e conseguiram aos poucos qualificar-se como funcionários ‘indispensáveis’ para o exercício do poder do Estado”.

O fato é que, segundo os elementos apresentados por Plácido Guerra (1911) relativos aos serviços de inspeção e no que concerne à verificação da higiene, compunham a inspeção médico-escolar, vista em regulamento específico sobre o assunto (RIO GRANDE DO NORTE, 1923), os seguintes itens: a educação sanitária dos alunos e professores, a sistematização dos exercícios físicos, a profilaxia das moléstias transmissíveis ou evitáveis, além da verificação do asseio em relação ao local do prédio, do mobiliário e do material pedagógico e escolar. Portanto, as práticas higienistas buscavam evitar doenças e construir hábitos saudáveis para toda a sociedade desde a infância dos sujeitos. Por isso, os preceitos higienistas tiveram papel relevante no processo de implantação e no cotidiano dos grupos escolares, sendo disseminados de modo a formar costumes considerados civilizados e higiênicos.

No início do século XX, a medicina era vista também por meio de práticas higienistas. A presença constante de preceitos de uma medicina do social era considerada como necessária para o desenvolvimento do país. A orientação de intelectuais e administradores públicos brasileiros seguia ditames europeus. Herschamnn e Pereira (1994, p. 29), ao se referirem ao contexto da passagem do século XIX para o XX, salientam a ânsia por “civilização”, que significava colocar-se em pé de igualdade com a Europa, e declaram o seguinte:

Assim, poder-se-ia dizer que, ao tomar o referencial europeu, essa elite importava valores e códigos sociais para o país, um cotidiano e uma cultura que iriam caracterizar o conjunto da vida social na modernidade. Essa elite preparou o solo sobre o qual se assentou o paradigma moderno, consolidado ao longo das décadas de 1920-30.

Por meio de práticas de higiene consideradas modernas, as crianças estariam vacinadas e com boa saúde, prevenidas de doenças, além de terem condições adequadas para estudar. Como bem registram Herschamnn e Pereira (1994), a medicina normatizava o corpo, a educação conformava as mentalidades, e a engenharia contribuía para a organização do espaço. Médicos, educadores e engenheiros, os homens de ciência, como registra Rocha (2003, p. 32), “[...] autorepresentando-se como porta-vozes da razão, do progresso e da modernidade”, chamam para si a responsabilidade de organização dos espaços e da própria vida dos seus habitantes, “[...] investindo sobre o espaço urbano, buscam organizar cientificamente a cidade, produzindo um espaço classificado, geometrizado, onde tudo pudesse ser ordenado, controlado [...]” (ROCHA, 2003, p. 32). Esses propósitos estiveram presentes também nas vivências das instituições

de ensino. Assim, o conjunto de cuidados médicos, educacionais e mesmo de engenharia atingia também o corpo docente dos grupos.

No Rio Grande do Norte, além de os docentes serem vacinados, qualquer problema de saúde seria motivo para interromper a sua função de professor pensando em sanar com o seu problema de saúde e não prejudicar a saúde dos alunos com uma possível transmissão da doença que o professor teria. Por tudo isso, a preocupação com os corpos não iria se restringir somente às crianças, corrigindo seus defeitos e anomalias. Era preciso que os corpos dos mestres e das mestras também fossem alvo de inspeção, já que eles iriam educar a população e formar uma sociedade civilizada, disciplinada, exemplar e, portanto, deveriam estar de acordo com todos os preceitos higiênicos e morais. (AZEVEDO; SANTOS, 2015, p. 118).

As orientações destinadas à construção dos espaços físicos dos grupos eram também direcionadas aos corpos de alunos e professores. Um dos encaminhamentos mais eficazes para tanto, demonstrado pela permanência na cultura escolar brasileira ao longo do século XX, foi a instituição das práticas de exercícios físicos, que eram consideradas essenciais para o desenvolvimento moral, intelectual e físico das crianças.

3 A HIGIENE DOS CORPOS ESCOLARES

Sem muito detalhamento, encontramos referências à prática de exercícios físicos em regimentos de grupos escolares norte-rio-grandenses logo após a implantação de tais instituições. No regimento interno do Grupo Escolar Trinta de Setembro, de Mossoró (RN), em 1909, afirmava-se, no único artigo relativo ao assunto, o seguinte: “Art. 10º- A educação física terá por fim o desenvolvimento physiologico dos alunos e constará de exercícios físicos recreativos e independentes de aparelhos, marchas e mais recomendações constantes do programa” (RIO GRANDE DO NORTE, 1909b, p. 3).

O regimento do Grupo Escolar Augusto Severo, também de 1909, em relação à Educação Física, apesar de dedicar dois artigos ao assunto, não se apresenta muito diferente. Declarava-se o que segue:

Art. 16º- A educação física não pode ser completa nas escolas. Deve limitarse a auxiliar o desenvolvimento physiologico das crianças durante as classes.

Art. 17º- Ela reduz-se a conselhos higiênicos, relativos à conservação da saúde; exercícios físicos recreativos e independentes de aparelhos; educação dos órgãos dos sentidos, pelo conhecimento e análise dos objetos materiais. (RIO GRANDE DO NORTE, 1909a, p. 3).

Podemos constatar que, tanto no regimento do Grupo Escolar Trinta de Setembro quanto no do Grupo Escolar Augusto Severo, a prática de exercícios físicos era recomendada com a finalidade de proporcionar aos alunos um intervalo de tempo para relaxar a mente, evitando o cansaço intelectual e promovendo uma melhor aprendizagem.

No Código de Ensino de 1911, Decreto n.º 261, de 28 de dezembro de 1911, não aparece qualquer seção específica sobre a prática de exercícios físicos. Apenas no *Título II - Da instrução primária*, nos artigos 7.º e 8.º, declara-se que o ensino primário será proporcionado às condições fisiopsicológicas do educando, com o triplice fim intelectual, moral e físico, consoante a pedagogia experimental e processos da pedologia (Art. 7º); e quando se refere às matérias do ensino primário, entre as quais aparecem Lições de Coisas, Trabalhos Manuais, Exercícios Físicos e Cantos Escolares (Art. 8º). Um detalhamento um pouco maior pode ser visto no Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas, publicado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, em 1914, ou seja, três anos depois (RIO GRANDE DO NORTE, 1914). O ensino primário possuía quatro anos e dividia-se em ensino primário infantil (2 anos) e ensino primário elementar (2 anos). Ao se referir às matérias escolares, mencionava Exercícios Físicos para o ensino primário infantil.

Em classe: Alimento. Posição fundamental. Posições variantes. Movimentos de pernas, tronco, braços, cabeça, saltos e equilíbrio. Marchas cadenciadas com música e canto. No recreio: Brinquedos e jogos infantis com cânticos. Corridas até 20 metros, durante nunca mais de 15 minutos. Em passeios escolares: os mesmos do recreio (RIO GRANDE DO NORTE, 1914, p. 40).

Os exercícios físicos teriam o objetivo de trabalhar todas as partes do corpo da criança, a fim de torná-la forte e, ao mesmo tempo, discipliná-la. Já os jogos tinham a função, também, de desenvolver o corpo e as habilidades para o aprendizado de conteúdos escolares, como, por exemplo, a leitura. Tanto os exercícios físicos quanto os jogos infantis eram fundamentais para o desenvolvimento físico e intelectual.

Ao se referir aos exercícios físicos para o curso primário elementar, assim declarava o Regimento (RIO GRANDE DO NORTE, 1914, p. 53-54):

EXERCICIOS FÍSICOS

Os mesmos exercícios de callisthenica em classe para o curso misto, com mais desenvolvimento, energia e complexidade. Para o sexo masculino: jogos ao ar livre no recreio ou em passeios escolares, futebol, carreira até 60 metros, saltos a pé firme, á distancia, em altura em carreira. Natação, si for possível exercício de ginástica de flexionamento de corpo livre e, sendo possível, com pequenos instrumentos que pareciam carabinas. Exercícios de formatura de companhia. Para o sexo feminino; brinquedos no recreio ao ar livre, com cânticos. Danças por ocasião do recreio.

Faria Filho (2000), ao estudar os grupos escolares de Belo Horizonte (MG), destaca a importância atribuída ao canto e aos exercícios físicos, que, com base em princípios teóricos higienistas apropriados pelo pensamento pedagógico, podem ser considerados momentos de descanso, de repouso da mente. Vago (2002), também ao se referir aos grupos escolares da capital mineira, ressalta a importância de intercalar os exercícios físicos e o canto às demais disciplinas, funcionando como uma preocupação de caráter higiênico, materializada na busca por possibilitar às crianças um momento de descanso dos trabalhos considerados intelectuais, resultantes das disciplinas escolares trabalhadas em sala de aula.

No Regimento de 1914, estava também presente o programa de ensino com orientações para o desenvolvimento das matérias escolares. Com relação aos Exercícios Físicos para todo o ensino primário, assim orientava o professor:

§14º EXERCÍCIOS FÍSICOS

76- Dos exercícios físicos o principal é o jogo ou brinquedo ao ar livre ou por ocasião dos passeios ou no recreio. 77- Na callisthenica de classe, o professor terá o cuidado de exigir posições iniciais firmes e enérgicas, a execução precisa dos movimentos e uma posição final correta e de relativo descanso. Nada valem os movimentos amolentados e sem energia; é preferível não fazê-los. 78- Durante o horário dos exercícios o professor terá cuidado de começar por movimentos de pés e pernas, em seguida de cabeça e tronco, novamente de pernas, depois de braços, equilíbrio, terminando por pés; assim, diariamente. Os movimentos de cabeça, tronco, tronco e braços congestionam o cérebro, os de pernas, pés e equilíbrio descongestionam-no: eis porque serão revezados. 79- As marchas em classe deverão ser cantadas, para pôr em acordo o ritmo e o compasso com o tempo da marcha. 80- Convém estabelecer várias espécies de marchas, em posições previamente determinadas, dentro da classe, para evitar que o professor, em meio do canto, precisa comandar posições e a direção da marcha. Essas marchas variarão de dia a dia. 81- Para o curso masculino, os exercícios de formatura serão precisos, enérgicos e garbosos, principalmente quando tiver de desfilar pelas ruas da localidade. 82- Ao ser feita a homenagem à bandeira nacional, os meninos se descobrirão e todos em posição correta contemplaram, enquanto entoam as estrofes de Duque Estrada ou as de Olavo Bilac. (RIO GRANDE DO NORTE, 1914, p. 69-70).

Assim, pensando no desenvolvimento físico e na formação futura de cidadãos fortes e saudáveis para um país civilizado, foi que a Lei n.º 405, de 29 de novembro de 1916, no Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 1916), tornava obrigatória a ginástica educativa, devendo apenas ser evitados os exercícios físicos depois das refeições (Art. 201). Ao determinar medidas para a saúde do corpo do aluno, o regulamento indicava os exercícios físicos como uma prática higienista que objetivava auxiliar o aluno à obtenção de um corpo forte, saudável e disciplinado, ou seja, higiênico.

Nos regimentos, observamos a presença de exercícios físicos de extensão e flexão dos músculos, que fazem parte da ginástica calistênica, a qual era tida como benefício para ambos os sexos; essas atividades físicas podiam, inclusive, ser realizadas por meninos e meninas ao mesmo tempo. Porém, a parte da ginástica relacionada aos exercícios de formatura era direcionada apenas aos meninos, porque ela se aproximava mais de exercícios militares de força e resistência.

Também destacamos que os regimentos prescreviam um tempo específico para as atividades recreativas, a partir do qual as crianças poderiam jogar ou brincar com brinquedos ao ar livre. Também notamos que esse tempo destinado ao recreio se estendia pelos passeios escolares, com a finalidade de ensinar as crianças, através do método intuitivo, a aprenderem, por seus sentidos, tocando, cheirando, sentindo e ouvindo (se fosse o caso) o objeto que iriam estudar. Dava-se, assim, aos alunos a oportunidade de construir sua própria opinião a respeito do objeto estudado. Como já destacamos em outra ocasião,

O propósito dos cuidados com os corpos transformou os exercícios não só em uma prática escolar importante para a formação do cidadão republicano, mas também em uma prática vista como elemento benéfico à moral de um indivíduo, já que a realização dos exercícios e da ginástica contribuiria para evitar pensamentos e ações consideradas promíscuas e anti-higiênicas. (AZEVEDO; SANTOS, 2015, p. 102).

Percebemos que o tempo empregado nesse exercício era para o aperfeiçoamento moral e social dos discípulos, uma vez que fortalecia a saúde dos alunos, fazendo com que, segundo Vago (2000), o corpo das crianças na escola fosse educado com a racionalidade desejada, por suas múltiplas propriedades, quais sejam: pedagógica, higiênica, educativa, social, corretiva, ortopédica, enérgica, viril, social, patriótica, disciplinadora e formadora do caráter.

Observamos no jornal *A Republica*, em 1920, pelo registro do inspetor de ensino Amphilóquio Camara, em decorrência de visita ao Grupo Escolar Padre Cosme, em Pau dos Ferros (RN), a importância que os inspetores de ensino davam aos exercícios físicos, quando, através de seus registros neste meio de comunicação, expunham sua opinião.

E essa assistência, que muito me alegrou, repetiu-se cada vez maior, nos três dias de minha inspecção, aproveitando eu, então a oportunidade para, á medida que as lições do dia iam se sucedendo, expor aos presentes as vantagens do ensino moderno, por meios práticos e racionais, e bem assim á necessidade do canto e exercícius phisicos, tão úteis á saúde do corpo como á do espirito. (PELO..., 1920, p. 1).

Essa preocupação das práticas higienistas com o corpo dos alunos tinha a finalidade de formar todos os envolvidos com os grupos escolares como indivíduos higiênicos, para assim entrar em consonância com a educação da época, estreitamente relacionada a preceitos higienistas. Esse aspecto era evidente no jornal *A Republica*, no qual se registravam as impressões de inspetores de ensino sobre o assunto, como podemos observar em relação ao Grupo Escolar Capitão-Mor Galvão, em Currais Novos (RN), em 1918: “[...] os exercícius phisicos excepção das marchas, vão sendo feitos com methodo bem como os trabalhos de desenho e escripta [...]”. (PELO..., 1918b, p. 1).

A prática dos exercícios físicos pretendia inculcar nos alunos a educação racional, intelectual, moral e física. A educação racional ocorria para que os discentes materializassem, em seus corpos, os preceitos republicanos, ensinando-os dentro dos grupos escolares a cuidar da saúde de seus corpos. A educação intelectual relacionava-se aos estudos, a partir dos quais os alunos iriam conhecer, imaginar e formar suas próprias concepções acerca das “coisas”, como orientava o ensino moderno pautado no método intuitivo ou lições de coisas. A educação moral voltava-se para a construção do caráter da população republicana, com disciplina, civismo, civilidade e patriotismo. Já a educação física era implementada para inculcar nas crianças a limpeza dos seus corpos, desinfetando-os de doenças, de vícios e males, pelos quais, segundo os republicanos, o antigo regime político teria sido o responsável.

O corpo de um cidadão republicano deveria ser sadio, harmônico, belo, forte e higiênico; deveria ser exercitado, inclusive, no momento do recreio, nos grupos

escolares. Apesar de os exercícios físicos não terem uma hora destinada a essa prática, na hora do recreio, antes de as crianças brincarem ao ar livre, os alunos enfileirados, afastados uns dos outros, fardados e com as professoras supervisionando-os, deveriam praticar exercícios essenciais para o corpo, como a respiração e o equilíbrio corporal.

Por tudo isso, a preocupação com a saúde dos sentidos era bem evidente. Não era só a falta de iluminação e de exercícios físicos que iria prejudicar a saúde dos alunos, o modo de executar a escrita e o modo de sentar-se no mobiliário para praticá-la também era considerado como uma preocupação higienista dos sentidos e da saúde dos alunos.

Com essa preocupação, nos grupos escolares, foi adotado o sistema de escrita vertical em substituição ao sistema inclinado. O formato da escrita vertical era considerado moderno “[...] indicado como o único capaz de preparar o/a aluno/a para o exercício da escrita eficiente, necessária ao trabalho no comércio e na indústria”, como declara Vidal (1998, p. 11). O sistema de escrita inclinada fazia com que os alunos adquirissem defeitos tanto na visão quando em seu corpo. Segundo Buisson (*apud* FARIA FILHO, 2000, p. 42),

Os corpos inclinados, se apoiando de um só lado, sobre o cotovelo esquerdo, seu ombro esquerdo sobe, sua coluna vertebral desce da linha vertical e se curva para a esquerda. Esta posição obriga a inclinação do rosto para a esquerda e seus olhos se acomodam a uma visão mais curta e tomam um grau diferente de acomodação. A miopia e escoliose podem ser resultado desta posição.

A higiene estava presente em todo o cotidiano dos grupos escolares, inclusive no que diz respeito aos seus mobiliários. Segundo Faria Filho (2000), a busca por educar a postura, por demarcar e controlar claramente os gestos, por criar as condições para uma escrita saudável e higiênica fazia com que essas práticas fossem fundamentais para um melhor aprendizado do aluno, já que a preocupação com o estado dos quadros, das carteiras e de todo o mobiliário que compunha os grupos escolares significava ter condições para dar boas aulas, e, conseqüentemente, os alunos iriam aprender da melhor forma possível. Como mostra o registro sobre o Grupo Escolar Joaquim Correia, da Vila de Pau dos Ferros (RN), em 1911, no qual o mobiliário era considerado suficiente e de boa qualidade, respeitando os preceitos de higiene do início do século XX:

O mobiliário é suficiente e de boa qualidade, constando de 12 cadeiras, 18 escarradeiras, 4 bacias, 4 lavatórios, 12 toalhas felpudas, 4 mesas para professores, um armário e um relógio de parede. Além disso, existem mais 45 bancos-carteiras, com encosto, para dois alunos, medindo a mesa 0m, 98 de comprimento por 0m 35 de largura e tendo o banco uma altura de 0m 45. [...]. (A REFORMA..., 1911c, p. 1).

O mobiliário era também alvo dos preceitos higienistas. Por isso, a preocupação com o cumprimento de cada detalhe dos móveis e de seus acessórios era evidente. Considerava-se que o mobiliário adequado ajudaria no desenvolvimento dos sentidos dos discentes, já que poderia proporcionar o conforto necessário para a realização de diferentes atividades escolares.

A importância desses materiais escolares pode ser verificada no espaço que passa a ocupar nas próprias propagandas da imprensa da época. O jornal *A Republica*, de 1916, trazia, em sua seção de anúncios, publicação de uma loja de cadeiras situada no Bairro da Ribeira. O dito anúncio trazia o seguinte informativo:

Carteira Escolar “Higienica Lisowsky” a única que merece privilégio mundial, garantida pelos maiores cultos da higiene e pedagogia e recomendada aos educadores, pais de família e médicos até para os fins de tratamento. A carteira “Lisowsky” favorece uma posição normal ao aluno. Ao contrário das muitas que tem aparecido até hoje que prejudicavam fisicamente ao aluno, provocando desvios da coluna vertebral, desenvolvimento defeituoso do tórax e pulmões, na digestão, e outros defeitos no organismo infantil. A construção da cadeira higiênica escolar “Lisowsky” obedece a cálculos científicos de especialista da matéria. Todo código de orientação verdadeiramente pedagógica deve adaptar Carteira Escolar “Lisowsky”. Todo pai de sentimentos elevados deve ter na própria casa para seu filho uma Carteira Escolar “Lisowsky”. Único representante no Rio Grande do Norte da Modern School do Rio de Janeiro. Matheus Petrovich, rua D. Barata nº 9, Natal. (HYGIENE..., 1916, p. 3).

No Rio Grande do Norte, em 1911, o presidente Alberto Maranhão (1908-1914), em Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, afirmava que havia móveis adequados nas escolas: “[...] recebem, destarte, instrução primária, pelos métodos modernos, leva de duas mil crianças, em casas confortáveis e higiênicas, providas de mobiliário apropriado” (RIO GRANDE DO NORTE, 1911b, p. 7). Também o Código de Ensino de 1913 recomendava, em seu artigo 49, que todas as carteiras e bancos, de elevação facultativa, seriam proporcionais à estatura dos educandos e deveriam ser construídos de maneira a “[...] garantir a saúde, a vigilância do professor e a responsabilidade individual do aluno” (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 6).

Os termos de visita, divulgados no jornal *A Republica*, permitem-nos identificar aspectos do cotidiano dos grupos escolares. Era possível identificar, por exemplo, se o mobiliário estava adequado aos alunos, se existia a prática dos exercícios físicos e se a escrita estava sendo a mais adequada para o conforto dos alunos. Tudo isso porque era nos termos de visita transcritos e publicados nos jornais que estava descrito o conteúdo que a professora passava em sala de aula; se ela estava cumprindo o regulamento ou não; se realizava os passeios escolares mensais obrigatórios, estratégia metodológica orientada pelo método intuitivo (AZEVEDO; SANTOS, 2016); se o edifício do grupo estava nas condições adequadas aos preceitos higienistas; a quantidade de matrículas e frequência nos grupos escolares, entre outros aspectos. Os inspetores de ensino, principais elaboradores dos termos de visita, tinham o objetivo de fiscalizar o funcionamento dos grupos escolares, dar conselhos sobre um determinado programa de ensino que não estava sendo seguido de acordo com as normas, para que, assim, providências fossem tomadas com a finalidade de sanar os problemas e melhorar cada vez mais o ensino primário proposto pelo governo republicano.

Dessa forma, era função do Estado preparar os mestres para atuação nos grupos escolares, bem como fiscalizar com rigor todo o serviço da instrução pú-

blica, com o intuito de tomar medidas cabíveis para resolução de problemas, tendo em vista atender aos padrões de um ensino público moderno e de qualidade, como mostra o Dr. Francisco Pinto de Abreu no seu relatório da Instrução Pública, de 1908: “A missão do Estado é preparar os mestres, garantir-lhes cômoda substância, uniformizar a legislação escolar e fiscalizar com severidade todo o serviço de instrução” (RIO GRANDE DO NORTE, 1908, p. 3). Assim foi que os preceitos de higiene tornaram-se também alvo de fiscalização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos escolares surgiram com a finalidade de mostrar à sociedade a transformação que o governo republicano estava proporcionando para difundir ideais de civismo, moral, disciplina e patriotismo. Para formar cidadãos responsáveis e que ajudassem a desenvolver o país, era preciso instruir a população através de uma educação de qualidade que seguisse preceitos, leis e regras para sua melhor eficácia. Com esses objetivos, foram implantados os grupos escolares no Brasil, sobretudo, no início do século XX. Para tanto, contribuiu a presença dos preceitos higienistas no cotidiano de tais instituições. Buscava-se a prevenção de doenças na população por meio do estabelecimento de costumes de higiene mediante educação das crianças.

A análise feita a partir do jornal *A Republica* possibilitou-nos mais do que localizar informações, proporcionou-nos o contato com a transcrição e a publicação de diferentes documentos de época, a exemplo dos termos de visita, os quais nos propiciam contato com diversos assuntos referentes ao cotidiano dos grupos escolares do início do século XX, entre eles, as relações entre higiene e educação. Estas aparecem no jornal com maior frequência no que se refere aos primeiros anos relativos à implantação dos grupos no Rio Grande do Norte. A partir de meados da década de 1920, menos informes são publicados. Pressupõe-se que, no momento da consolidação (e não mais da implantação) dos grupos escolares e de seu ideário formativo, o detalhamento de preceitos, como os da higiene, não eram mais tão necessários, posto que as representações higienistas já estavam difundidas na sociedade da época.

Percebemos, por meio dessa pesquisa em história da educação, que as práticas higienistas tinham o propósito de instruir a população desde a sua infância, ou seja, desde a sua inserção no ensino primário presente nos grupos escolares, fazendo com que a preocupação com a higiene não estabelecesse um foco só em relação à vacinação das crianças, como também sobre todo tipo de prevenção de doenças. Para tanto, as instituições de ensino passaram a ser alvo de uma gama de critérios considerados adequados no sentido da preservação da saúde, desde a própria construção e manutenção dos seus edifícios em relação, por exemplo, à sujeira, até a sua estrutura física, a iluminação da sala de aula, a ventilação, os mobiliários, a direção dos grupos escolares voltados para o poente ou nascente do sol, tudo com o objetivo de transmitir à população, da melhor forma possível, a visão de um ensino público de qualidade e os ideais republicanos de ordem e progresso, fazendo com que a escola se tornasse o *locus* da formação do cidadão brasileiro e republicano.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Hananiel de S. *Higiene e escolarização nos grupos escolares no Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX*. 2013. Monografia (Bacharelado em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- ARAÚJO, Marta M. de. O Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” e a educação da criança (Natal - RN, 1908-1913). In: VIDAL, Diana G. (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização de infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 1-376.
- A REFORMA da instrução: os grupos escolares. *A Republica*, Natal, n. 10, p. 1, 7 jan. 1911a.
- A REFORMA da instrução: os grupos escolares. *A Republica*, Natal, n. 32, p. 1, 9 fev. 1911b.
- A REFORMA da instrução: os grupos escolares. *A Republica*, Natal, n. 52, p. 1, 8 mar. 1911c.
- A REFORMA da instrução: os grupos escolares. *A Republica*, Natal, n. 201, p. 1, 20 set. 1911d.
- AZEVEDO, Crislane B. *Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância*. Natal: UFRN, 2009.
- AZEVEDO, Crislane B.; SANTOS, Rosa Milena dos. Corpo, criança e escola: aspectos da cultura escolar dos grupos escolares norte-rio-grandenses. *Mneme*, Caicó, v. 16, n. 37, p. 91-126, jul./dez. 2015.
- AZEVEDO, Crislane B.; SANTOS, Rosa Milena dos. Ensino moderno público no Rio Grande do Norte no início do século XX: em foco os passeios extraclasse dos grupos escolares. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 170-191, jan./jul. 2016.
- AZEVEDO, Crislane B.; STAMATTO, Maria Inês S. *Escola da ordem e do progresso: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte*. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.
- CONGRESSO legislativo do estado: a mensagem apresentada pelo sr. governador José Augusto. *A Republica*, Natal, n. 241, p. 2, 5 nov. 1925.
- FARIA FILHO, Luciano M. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República*. Passa Fundo: UPF, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GALVÃO, Francisco Gonzaga. Pelo ensino: visitas escolares - grupo escolar Antonio Carlos. *A Republica*, Natal, n. 170, p. 2, 1 ago. 1918.
- GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GUERRA, Plácido. A reforma do ensino IV. *A Republica*, Natal, n. 20, p. 1, 25 jan. 1911.

- HERSCHAMNN, Micael M.; PEREIRA, Calos Alberto M. (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HYGIENE e conforto nas escolas. *A Republica*, Natal, n. 260, p. 3, 22 set. 1916.
- PELO ensino: visitas escolares - grupo escolar Almino Affonso. *A Republica*, Natal, n. 188, p. 1, 23 ago. 1918a.
- PELO ensino: visitas escolares - grupo escolar Capitão-Mor Galvão. *A Republica*, Natal, n. 175, p. 1, 7 ago. 1918b.
- PELO ensino: visitas escolares - grupo escolar Padre Cosme. *A Republica*, Natal, n. 177, p. 1, 11 ago. 1920.
- PELO ensino: visitas escolares - grupo escolar Tenente-Coronel José Correia. *A Republica*, Natal, n. 175, p. 1, 18 ago. 1921.
- RIO GRANDE DO NORTE. Código de ensino de 1910. Lei nº 239, de 15 de dezembro de 1910. *Actos legislativos e decretos do governo (1910)*. Natal: Typographia d'A Republica, 1911a. p. 119-148.
- RIO GRANDE DO NORTE. Código de ensino de 1911. Lei nº 261, de 28 de dezembro de 1911. *Actos legislativos e decretos do governo (1911)*. Natal: Typographia d'A Republica, 1912. p. 90-116.
- RIO GRANDE DO NORTE. Código de ensino de 1913. Lei nº 359, de 22 de dezembro de 1913. *Actos legislativos e decretos do governo (1913)*. Natal: Typographia d'A Republica, 1913. p.101-127.
- RIO GRANDE DO NORTE. Código de ensino de 1916. Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916. *Actos legislativos e decretos do governo (1916)*. Natal: Typographia d'A Republica, 1916.
- RIO GRANDE DO NORTE. Directoria Geral da Instrução Publica. *Regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Typ. Commercial, 1914.
- RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado Rio Grande do Norte pelo presidente do estado Alberto Maranhão*. Natal, 1911b.
- RIO GRANDE DO NORTE. *Regimento do grupo escolar Augusto Severo*. Natal: Typographia d'A Republica, 1909a. p. 83-99.
- RIO GRANDE DO NORTE. *Regimento interno do grupo escolar Trinta de Setembro (1909)*. Mossoró: Typ. do Commercio, 1909b.
- RIO GRANDE DO NORTE. Regulamento para inspeção médico-escolar no Rio Grande do Norte. *Actos legislativos e decretos do governo (1923)*. Natal: Typographia d'A Republica, 1923.
- RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório apresentado pelo dr. Francisco Pinto de Abreu, diretor geral da instrução pública*. Natal, 15 out. 1908. 22 fl. (Manuscrito).
- RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório apresentado pelo dr. Francisco Pinto de Abreu, diretor geral da instrução pública*. Natal, 15 out. 1909c. 18 fl. (Manuscrito).
- RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório apresentado pelo dr. Francisco Pinto de Abreu, diretor geral da instrução pública*. Natal, 15 out. 1910. 20 fl. (Manuscrito).

ROCHA, Heloisa Helena P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1920)*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

VAGO, T. M. *Cultura escolar de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIDAL, Diana G. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 126-140, jan./jun. 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VISITAS escolares: grupo escolar Senador Guerra. *A Republica*, Natal, n. 182, p. 2, 17 ago. 1918.